



BANCO CLÁSSICO S.A.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2021.

Ref. Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional ("SFN")

BASE: 30 de junho de 2021

Disponibilizamos, a seguir, os seguintes documentos para compor a "Central de Demonstrações Financeiras – SFN".

- I - Relatório da Administração;
- II - Relatório do auditor independente
- III - Balanço patrimonial
- IV - Demonstrações dos resultados dos exercícios
- V - Demonstrações dos resultados abrangentes
- VI - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
- VII - Demonstrações dos fluxos de caixa
- VIII - Notas explicativas às demonstrações contábeis

SÍTIO ELETRÔNICO: www.bancoclassico.com.br

Declaramos que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO do BANCO CLÁSSICO S.A.

Atenciosamente,

Demonstrações Contábeis

BANCO CLÁSSICO S.A.

CNPJ: 31.597.552/0001-52

30 de junho de 2021

com Relatório do Auditor Independente.

BANCO CLÁSSICO S.A.

Avenida Presidente Vargas, n° 463 – 13° andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ
CNPJ N° 31.597.552/0001-52

Demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Índice

Relatório da Administração	3-4
Relatório do auditor independente	5-9
Balanço patrimonial.....	10
Demonstrações dos resultados dos exercícios	11
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	15-29



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2021

Objetivos estratégicos

O Banco Clássico S.A. tem como estratégia o investimento no setor de infraestrutura do País, particularmente nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás, direcionando o reinvestimento dos recursos oriundos dessas aplicações e a manutenção em caixa de recursos suficientes, para a qualquer momento, e com oportunidade, usar esses recursos em novas aplicações, mantendo com esse encaixe, como plano de contingência para necessidades financeiras imediatas.

Metas de crescimento e meios de expansão

O Banco Clássico S.A. revisa diariamente seu posicionamento no mercado, observando e mensurando as condições econômicas, financeiras, política, legal e de mercado que podem causar algum desvio de rota.

Também, sempre pautou em sua estratégia em assegurar uma posição sólida e com rentabilidade consistente, proporcionando ao longo de sua trajetória agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável, dentro dos limites definido pela Diretoria.

Clientes, mercados, produtos e serviços visados na estratégia

O Banco Clássico S.A. possui uma carteira de clientes relativa às Empresas do Grupo, e as mesmas, seguem as regras e políticas estabelecidas pela instituição e em conformidade as bases normativas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Seus sistemas e processos integrados, que possibilita um acompanhamento pontual dos limites máximos de seus clientes, e caso ocorrendo uma variação será imediatamente ajustado.



Processo de planejamento estratégico & implantação da estratégia

Anualmente, a estratégia do Banco Clássico S.A é revisada com a finalidade de ajustar o posicionamento quando necessário e corrigir eventuais desvios da rota preestabelecida. Todas as decisões estratégicas tomadas pela Diretoria são pautadas no Código de Ética da Organização e são avaliadas periodicamente, buscando assegurar balanço sólido e rentabilidade consistente, proporcionando agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável, dentro dos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

Diretoria

José João Abdalla Filho
Raquel da Fonseca Cantarino
Manoel Eduardo Lopes
Ronaldo Dias

Diretor Presidente
Diretor vice presidente
Diretor
Diretor

A Diretoria



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
BANCO CLÁSSICO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico S.A. (“Banco”), identificadas como controladora, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, do Banco Clássico S.A. (“Consolidado”), elaboradas conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280/13, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Clássico S.A. e do Conglomerado Prudencial do Banco Clássico S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos financeiros

O Banco Clássico S.A. possui investimentos em cotas de fundos de investimento, cuja mensuração ao valor justo se dá pela atualização dos valores das cotas dos fundos investidos divulgadas pelos respectivos administradores. Esses fundos investem substancialmente em ativos financeiros mensurados ao valor justo em função do valor de mercado que compõem a sua carteira de ativos. Devido à relevância desses investimentos em relação ao patrimônio líquido do Banco, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários às circunstâncias:

- Obtivemos a confirmação da quantidade cotas de fundos detidas pelo Banco;
- Recalculamos a valorização das aplicações nos fundos investidos, com base nas cotas divulgadas pelos respectivos administradores;
- Obtivemos as carteiras de investimento dos fundos investidos na data-base na nossa auditoria e avaliamos, de acordo com a composição e perfil de risco dos investimentos, se os valores das cotas divulgadas representam adequadamente os seus valores justos; e
- Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto evidenciadas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e ao semestre findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins de comparação por força das normas emanadas do Banco Central do Brasil, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão dos relatórios em 21 de março de 2021 e 16 de setembro de 2020, respectivamente, sem modificação de opinião.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis editadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, que trata do Conglomerado Prudencial e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- f) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Banco e suas controladas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

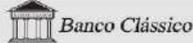
Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2021.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

CRC RJ-Nº 0202


Thiago Barros Giráldez

- Contador CRC – RJ Nº 110.524/O-8 -



BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.997.592/0001-52

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS SEMESTRES FIMOS EM JUNHO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020**

	R\$ Mil				
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	Nota	Semestre 06/2021	Exercício 12/2020	Semestre 06/2021	Exercício 12/2020
ATIVO CIRCULANTE		13.866.183	12.703.687	12.344.055	11.332.030
DISPONIBILIDADES		353	345	374	384
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	1.278.288	1.437.900	1.278.288	1.438.000
Aplicações no Mercado Aberto		1.278.288	1.437.900	1.278.288	1.438.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7	12.587.540	11.265.441	11.065.387	9.892.434
Carteira Própria		12.587.540	11.149.133	11.036.751	9.775.725
Vinculada ao Banco Central		-	90.264	-	90.264
Vinculada à Prestação de Garantias		25.636	25.044	25.636	25.045
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8	2	1	2	1
Depósitos no Banco Central		2	1	2	1
OUTROS CRÉDITOS	10	-	-	-	1.211
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	1.211
OUTROS VALORES E BENS		-	-	4	-
Despesas Antecipadas		-	-	4	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11	508.585	585.734	845.414	600.648
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		168.296	244.588	505.105	259.499
OUTROS CRÉDITOS		59.042	138.181	236.289	181.052
Renditas a Receber		59.042	138.181	236.289	181.052
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	160.102	-
Diversos		108.714	108.407	108.714	108.407
OUTROS VALORES E BENS		-	-	-	3
Despesas Antecipadas		-	-	-	3
INVESTIMENTOS		339.879	340.693	339.879	340.693
No País		-	-	12.462	12.406
Outros Investimentos		339.879	340.693	339.879	340.693
(Provisões para Perdas)		-	-	(12.462)	(12.406)
IMOBILIZADO DE USO		430	453	430	453
Imóveis de Uso		600	600	600	600
Outras Imobilizações de Uso		164	164	164	164
(Depreciação e Acumuladas) (-)		(334)	(311)	(334)	(311)
TOTAL DO ATIVO		14.374.748	13.289.421	13.189.469	11.932.878
PASSIVO CIRCULANTE		5.295.187	4.928.891	4.109.908	3.572.109
DEPÓSITOS		168	314	168	314
Depósitos à Vista		168	314	168	314
CAPTACIONES NO MERCADO ABERTO	13	1.185.317	1.358.160	-	-
Carteira de Tesouro		1.185.317	1.358.160	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14	4.109.702	3.570.417	4.109.740	3.571.795
Fundo de Previdência		4.109.672	3.570.353	4.109.672	3.570.383
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	1.378
Diversas		30	24	68	24
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	9.785	-	9.824
OUTRAS OBRIGAÇÕES		-	9.785	-	9.824
Sociedade Estruturadas		-	9.775	-	9.775
Diversas		-	10	-	49
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.079.561	8.350.745	9.079.561	8.350.745
Capital		3.954.247	3.827.052	3.954.247	3.827.052
De Domiciliados no País	17	3.954.247	3.827.052	3.954.247	3.827.052
Reservas de Lucros		157.172	216.702	157.172	216.702
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		4.968.142	4.306.991	4.968.142	4.306.991
TOTAL DO PASSIVO		14.374.748	13.289.421	13.189.469	11.932.878

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2021 E JUNHO DE 2020

	Nota	R\$ Mil		R\$ Mil	
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Período 06/2021	Período 06/2020	Período 06/2021	Período 06/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	16.438	24.862	16.438	24.862
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		16.438	24.862	16.438	24.862
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(14.591)	(22.108)	(14.591)	(22.108)
Operações de Captação no Mercado		(14.591)	-	(14.591)	-
Operações de Empréstimos e Repasses		-	(22.108)	-	(22.108)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.847	2.754	1.847	2.754
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		56.144	(3.161)	56.144	(3.161)
Receitas de Prestação de Serviços	15	102	94	102	94
Despesas de Pessoal		(468)	(447)	(468)	(447)
Outras Despesas Administrativas	16	(2.811)	(2.783)	(2.811)	(2.783)
Despesas Tributárias		(221)	(183)	(221)	(183)
Outras Receitas Operacionais	15	59.542	158	59.542	158
RESULTADO OPERACIONAL		57.991	(407)	57.991	(407)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(101)	-	(101)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		57.890	(407)	57.890	(407)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(11)	-	(11)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	(11)	-	(11)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		57.890	(418)	57.890	(418)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO APÓS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		57.890	(418)	57.890	(418)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2021 E JUNHO DE 2020

	CONTROLADORA		R\$ Mil
	Período	Período	
	06/2021	06/2020	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	57.890	(418)	
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	661.568	(744.850)	
Resultado no ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	661.568	(744.850)	
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	719.458	(745.268)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
 CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020
R\$ Mil

		CONTROLADORA							
		Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Títulos Disponíveis para Venda	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM	31/12/2019	3.560.748	-	92.913	-	40.548	3.954.523	-	7.648.732
AUMENTO DE CAPITAL		66.919	-	-	-	-	-	-	66.919
VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA		-	-	-	-	-	(744.850)	-	(744.850)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	(418)	(418)
SALDO EM	30/06/2020	3.627.667	-	92.913	-	40.548	3.209.673	(418)	6.970.383
MUTAÇÃO DO PERÍODO		66.919	-	-	-	-	(744.850)	(418)	(678.349)
SALDO EM	31/12/2020	3.737.052	90.000	99.699	117.003	-	4.306.991	-	8.350.745
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	417	-	(417)	(417)	(417)
AUMENTO DE CAPITAL		99.775	(90.000)	-	-	-	-	-	9.775
AUMENTO DE CAPITAL EM APROVAÇÃO		-	117.420	-	(117.420)	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL		-	-	2.874	-	-	-	(2.874)	-
VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA		-	-	-	-	-	661.568	-	661.568
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	57.890	57.890
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS		-	-	-	54.599	-	-	(54.599)	-
SALDO EM	30/06/2021	3.836.827	117.420	102.573	54.599	-	4.968.142	-	9.079.561
MUTAÇÃO DO PERÍODO		99.775	27.420	2.874	(62.404)	-	661.151	-	729.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2021 E JUNHO DE 2020

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil		R\$ Mil	
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	06/2021	06/2020	06/2021	06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	57.890	(418)	57.890	(418)
MAIS: DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	23	20	23	20
VARIAÇÃO DE AJUSTES PATRIMONIAIS	661.568	(744.850)	661.568	(744.850)
OUTROS AJUSTES	(417)	-	(417)	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM TÍT. E VAL. MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANCEIROS DERIVATIVOS	(1.321.285)	1.232.729	(1.172.139)	1.371.548
AUMENTO/REDUÇÃO EM RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(1)	(1)	(1)	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS	76.332	88.068	(244.395)	136.185
AUMENTO/REDUÇÃO EM DEPÓSITOS A VISTA	(146)	(67)	(146)	(67)
AUMENTO/REDUÇÃO POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	(172.843)	187.197	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM SOCIAIS E ESTATUTARIAS	(9.775)	-	(9.775)	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	539.279	(611.306)	539.279	(611.306)
AUMENTO/REDUÇÃO EM NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES	-	-	(1.378)	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	(4)	32	(6)	29
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(169.379)	151.404	(169.497)	151.141
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
PAGAMENTO PELA COMPRA DE IMOBILIZADO	-	(30)	-	(30)
CAIXA LÍQ. GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(30)	-	(30)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
AUMENTO DE CAPITAL	9.775	66.919	9.775	66.919
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	9.775	66.919	9.775	66.919
AUMENTO/ REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(159.604)	218.293	(159.722)	218.030
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:				
DISPONIBILIDADES				
INÍCIO DO PERÍODO	1.438.245	1.126.923	1.438.384	1.127.195
FIM DO PERÍODO	1.278.641	1.345.216	1.278.662	1.345.225
AUMENTO OU REDUÇÃO	(159.604)	218.293	(159.722)	218.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 32 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Instituição está apresentando as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico (Controladora), comparativamente com as demonstrações contábeis consolidadas (Consolidado), representando as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, requeridas pela Resolução CMN nº 4.280/13.

A consolidação do Conglomerado Prudencial está composta pelas seguintes entidades:

Banco Clássico S.A. (Controladora)

BANCLASS Fundo de Investimento em Ações

Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil – BACEN, de acordo com a Resolução nº 4.720, de 30/05/2019 (Revogada a partir de 1º/1/2021, pela Resolução nº 4.818, de 29/5/2020), Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Foram adotados, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e BACEN, quais sejam:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 08 (R1) – Títulos e Valores Mobiliários
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- CPC 35 (R2) – Demonstrações separadas;
- CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas; e
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

Para melhorar o efeito de comparabilidade as Demonstrações Contábeis foram organizadas lateralmente, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações foram preparadas em separado, exceto a Demonstração de Mutação de Patrimônio Líquido e a Demonstração do resultado Abrangente (DRA), pois, ambas são iguais, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações contábeis, controladora e consolidado, foram preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e as práticas adotadas no Brasil divulgadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 10 de agosto de 2021.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

- a) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.
- b) Caixa e equivalente de caixa

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) inclui dinheiro em caixa, reservas livres, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias no momento de sua aplicação.

- c) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

- d) Instrumentos financeiros – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, que estão sendo observados.
- e) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.
- f) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
- g) Permanente

Imobilizado de Uso – Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

- h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 ao semestre), ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor no primeiro semestre de 2021 é calculada à alíquota de 15%, mas conforme art. 3º da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, a partir da competência julho de 2021 passará para 20%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

j) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

k) Em atendimento ao que determina a Circular 2.804 do Banco Central do Brasil, registra-se levantamentos efetuados pela RFB relativos a 7 processos sobre PIS/COFINS, cujo montante de principal é da ordem de R\$ 41.021 mil, para os quais o Banco obteve Decisão do STF que concedeu "Tutela de Urgência" suspendendo todos os Processos relativos a PIS/COFINS.

NOTA 4 - PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% da totalidade das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações** e 100% das cotas do **Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no Banclass e FIA Dinâmica estão classificados no ativo do Banco Clássico na rubrica "Fundos de Investimento" enquanto a Dinâmica Energia encontra-se classificado no ativo do FIA Dinâmica Energia.

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica "impostos diferidos" e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em operações compromissadas conforme abaixo:

CONTROLADORA

Títulos:	06.2021 R\$ Mil	12.2020 R\$ Mil
LTN	-	1.437.900
NTN	1.278.288	-
Total	1.278.288	1.437.900

CONSOLIDADO

Títulos:	06.2021 R\$ Mil	12.2020 R\$ Mil
LTN	-	1.438.000
NTN	1.278.288	-
Total	1.278.288	1.438.000

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do banco estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

CONTROLADORA

Carteira Própria:	06.2021 R\$ Mil	12.2020 R\$ Mil
LFT	108.039	29.761
Cotas de Fundos	12.452.865	11.119.372
Total	12.560.904	11.149.133
Vinculados ao Banco Central		
LFT	-	90.264
Total	-	90.264
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas <i>(Nota 7.a)</i>	26.636	26.044
Total	26.636	26.044
Total Geral	12.587.540	11.265.441